

O colapso da União Soviética e de seus "satélites" europeus (Alemanha Oriental, Checoslováquia, Hungria, etc.) teve um enorme impacto sobre o pensamento político em todo o mundo. Para os pensadores de direita, o colapso serviu como prova da superioridade do sistema capitalista sobre o socialista e, mais do que isto, em certos meios mais filosóficos, como prova de que o sistema capitalista é a etapa final, definitiva, da evolução da humanidade, o "fim da história". Mas foi no pensamento de esquerda que o impacto repercutiu com mais intensidade, até mesmo de forma dramática em certas áreas.

Adotando-se como critério a visão que se fazia da União Soviética antes do desmoronamento, o pensamento político de esquerda podia ser classificado em três tipos básicos. De um lado, a *esquerda crítica radical*, de composição heterogênea - indo dos anarquistas (não marxistas) até os marxistas autogestionários (muitos deles adeptos do chamado "modelo iugoslavo") e outros -, mas que tinha como ponto comum a idéia de que a União Soviética e seus "satélites" não constituíam um sistema socialista, mas um outro sistema qualquer, muitas vezes definido como um capitalismo burocratizado de Estado. Para esta corrente, a desagregação da URSS e de seus "satélites" não representou uma perda para o socialismo, mas apenas o fim de uma enganação histórica.

Do lado oposto estava a *esquerda apologética*, constituída principalmente por membros dos partidos comunistas ligados a Moscou, para os quais o sistema vigente na URSS, apesar de alguns "defeitos" historicamente explicáveis (e usualmente atribuídos ao stalinismo), era verdadeiramente socialista. Foi nesta corrente, em especial entre seus mais antigos militantes (muitos dos quais ainda formados direta ou indiretamente pela tradição dos "velhos bolchevistas"), que o colapso teve seus efeitos mais dramáticos. Muitos partidos comunistas se desintegraram; outros reestruturaram-se, mudando seus programas e até seus nomes, e conseguiram manter-se, em geral adotando uma linha social-democrata "moderna". Para os velhos militantes e seus herdeiros ideológicos o colapso representou o fim de uma esperança e até mesmo, em muitos casos, o fim de sua razão de ser como seres políticos.

Entre estas duas correntes situava-se uma terceira, de tendência

crítica mas não radical, mais ou menos difusa entre socialistas dentro e fora dos partidos comunistas e que nem sempre conseguia exprimir-se claramente, sem ambiguidade. Esta corrente - que se pode chamar de *moderada* - caracterizava-se pela crença de que embora a União Soviética não fosse um "verdadeiro sistema socialista", ainda poderia vir a sê-lo no futuro, mais próximo ou mais longíquo, de acordo com as esperanças de cada um. Em termos populares, os participantes desta corrente "torciam" pela URSS em seus confrontos com as potências capitalistas, mesmo reconhecendo nela uma série de erros que a desviavam do "verdadeiro socialismo". Esta "torcida" pela URSS se devia não apenas ao fato de ser uma "torcida contra" as potências capitalistas (o imperialismo), mas também à crença de que a União Soviética constituía um passo no sentido do socialismo. Formulada em outros termos, a idéia é a de que o socialismo não se implanta de um só golpe, de uma vez para sempre, mas é um processo, e a União Soviética, apesar dos desvios de percurso, estava em processo de formação do socialismo (o chamado "período de transição"). Para os membros mais informados desta corrente, o desmoronamento (ou algo parecido) da URSS era previsível a partir da deterioração econômica e política ocorrida durante o governo de Brejnev, que assumiu o poder com a derrubada de Krushev em 1964. Mesmo assim, o colapso foi fortemente sentido, pois representou o fim da esperança de que ali, na URSS e em seus "satélites", viesse a surgir um regime verdadeiramente socialista.

Os pensadores (políticos e intelectuais) de direita procuraram também apresentar a derrubada do sistema soviético como sendo a "morte do marxismo", um atestado de óbito aceito inclusive por muitos intelectuais que, até aquele momento, tinham feito sua carreira como intérpretes e divulgadores do pensamento marxista. Tal atestado de óbito se baseia num silogismo banal que tem como premissa maior a afirmação de que o sistema soviético era a aplicação prática da teoria marxista; logo, se o sistema fracassou, isto também demonstra o fracasso da teoria marxista. Mas existe aí um erro de fato, que invalida a conclusão; ou seja, o sistema soviético não constituiu uma aplicação prática do marxismo. Primeiro porque, excetuando algumas idéias gerais de Marx e de Engels, eles não tinham qualquer modelo de socialismo que pudesse ser aplicado

na prática; e mesmo as idéias gerais - como, por exemplo, a de socialização dos meios de produção, a de racionalização do processo produtivo, a de ditadura do proletariado no período de transição - foram deturpadas em sua interpretação e aplicação. Em segundo lugar, se é verdade que a Revolução de Outubro (1917) foi comandada por verdadeiros comunistas, que efetivamente se inspiraram em concepções (mas não num inexistente modelo de socialismo) de Marx e de Engels, também é verdade que a formação prática do sistema econômico e político da URSS foi-se afastando cada vez mais dessas concepções a partir da segunda metade da década de 1920, apesar de o marxismo continuar sendo declarado como a doutrina oficial do Partido e do Estado soviéticos, o que servia para legitimar o sistema junto aos trabalhadores do mundo inteiro, inclusive dentro da própria URSS. Por fim, cabe notar que é preciso pouco ou nada entender de marxismo ou ser muito mal intencionado para achar que o Estado soviético - autoritário, centralizador, gigantesco e burocrático - tivesse algo em comum com as idéias marxistas da ditadura do proletariado, na fase de transição, e do gradual perecimento do Estado, no socialismo; que a opressão, a censura, o terror impostos pelo Estado soviético tivessem alguma coisa a ver com a idéia marxista do socialismo como o sistema de plena realização da liberdade; que o controle partidário e burocrático dos meios de produção na URSS constituísse a genuína concretização da socialização prevista por Marx e Engels; e assim por diante.

Se o regime socialista fracassou na URSS e em seus "países satélites" e fracassará nos outros países que insistem em mantê-lo, se o sistema capitalista demonstrou sua superioridade, então - concluem os pensadores de direita -, os movimentos (incluindo os partidos) de esquerda não têm razão de ser, são movimentos superados, resquícios de um passado que remonta às primeiras décadas do século passado. Ainda de acordo com este argumento, e nas alas mais democráticas deste pensamento, é possível aceitar, e até justificam-se, os movimentos trabalhistas que reivindicam melhores salários, melhores condições de vida, maior participação nas decisões políticas nacionais e locais para os trabalhadores; tudo isto faz parte da democracia liberal e pode até mesmo colaborar para o constante aperfeiçoamento do regime econômico, social e político do capitalismo;

mas os movimentos socialistas, que propõem a tomada do poder pelos trabalhadores e a constituição de um sistema socialista, não mais se justificam e tendem a perecer ao longo do tempo.

Tal argumentação é evidentemente tendenciosa. Primeiro porque o que fracassou na URSS e em seus "satélites" não foi o *socialismo*, mas um sistema alternativo; e mesmo se fosse socialista, seria de um tipo específico, mas não necessariamente o único modelo possível de socialismo. Em segundo lugar, ao se cantar a vitória do capitalismo, esquece-se que, excetuando os países centrais, em grande parte do mundo o modo de produção capitalista é dominante há muito tempo, com resultados que variam de medíocres a lamentáveis. Em terceiro lugar, mesmo nos países centrais, onde o modo de produção capitalista promoveu formidável progresso material, muitos problemas fundamentais continuam sem solução: desemprego em massa, extrema desigualdade funcional, regional e pessoal de renda e de riqueza, acentuada alienação não apenas na esfera produtiva, mas também política e cultural, desperdício de recursos e agressão à natureza, discriminação racial e étnica, etc. Portanto, por todos estes motivos, não há por que imaginar o desaparecimento, ou mesmo o enfraquecimento, dos movimentos socialistas.

Ao contrário do desejado pelos pensadores de direita, o colapso da URSS e de seus "satélites" pode ter, e provavelmente terá, um efeito positivo sobre os movimentos de esquerda. Não resta dúvida de que, a curto prazo, provocou um efeito depressivo sobre a mencionada corrente moderada e, em especial, a apologética. Mas a partir daí é de se esperar um ressurgimento dos movimentos socialistas como um todo, não mais entravados pela ação perniciosa da URSS. Esta ação ocorria não apenas de forma direta - isto é, pelo controle dos partidos comunistas de todo o mundo e pela difamação dos movimentos socialistas alternativos, - mas também indireta, ou seja, pelo que acontecia no bloco soviético.

Até a morte de Stálin (1953) ou mesmo até o governo de Krushev (1954-1964), os acontecimentos na URSS tiveram um efeito positivo sobre os movimentos de esquerda em geral, apesar das críticas já existentes por parte de certos intelectuais - principalmente trotskistas. Eram acontecimentos devidamente depurados pelas agências soviéticas, as quais

bloqueavam tudo que pudesse criar constrangimentos, e amplamente alardeados pelos partidos comunistas de todo o mundo. De qualquer modo, alguns resultados foram realmente notáveis: o esforço de guerra e a vitória sobre os exércitos nazistas; o crescimento da produção, principalmente a industrial; o progresso técnico alcançado na produção de armamentos, particularmente na corrida aeroespacial (primeiro o *sputnik*, depois o satélite artificial enviado à lua, etc.); o direito ao trabalho e a eliminação do desemprego; a expansão do ensino em todos os níveis e o regime escolar integral; a assistência médica, o direito ao aborto, etc. Outro fato marcante no período iniciado com o fim da Segunda Guerra Mundial foi o aumento considerável do número de países da órbita soviética, alguns através de revoluções independentes (Iugoslávia, China, Cuba), outros com a ajuda disfarçada ou declarada da União Soviética (caso dos países da Europa central e oriental, com a participação de batalhões do exército soviético neles estacionados); até mesmo países com estrutura produtiva extremamente precária e sem nenhuma tradição de luta social proclamaram-se socialistas ao conseguirem sua independência política, como aconteceu em diversas partes da África.

A influência positiva sobre os movimentos políticos de esquerda começou a declinar provavelmente a partir da metade da década de 1960. Antes disto ela já havia sido afetada por alguns fatos: a denúncia dos crimes de Stálin feita por Krushev em 1956, a intervenção militar na Hungria nesse mesmo ano, o início do conflito sino-soviético nos primeiros anos da década de 1960, etc. E o declínio foi-se acelerando: o golpe que derrubou Krushev e colocou Brejnev em seu lugar, o agravamento do conflito com a China, a intervenção militar na Checoslováquia em 1968, a expansão do movimento dissidente dentro da URSS, o lento crescimento econômico acompanhado pelas constantes carências de bens de consumo, tudo isto sendo agora amplamente divulgado por todo o mundo. O poder soviético sobre os partidos comunistas dos outros países começou a decrescer e alguns desses partidos buscaram linhas próprias de atuação, onde a proposta de constituição de um socialismo diferente do soviético se tornou um objetivo comum.

É possível afirmar que, na década de 1970, já não existia um único partido comunista nos países capitalistas desenvolvidos que propusesse

abertamente o sistema soviético como modelo a ser atingido. Que trabalhador nesses países poderia ser motivado a lutar por um modelo de socialismo onde os salários e os níveis de consumo eram muito baixos, onde o regime de trabalho era mais opressor, onde não havia liberdade sindical nem de greve, nem liberdade política, e onde nem mesmo as liberdades individuais eram garantidas? Talvez somente nos países economicamente mais atrasados a proposta soviética (ou a chinesa, então) ainda oferecesse algum atrativo, porque tratava-se aí de construir Estados nacionais a partir de situações precárias: obter a independência econômica (quando não também a política) em relação às potências capitalistas, construir uma base econômica (com infraestrutura de serviços essenciais, indústrias, uma agricultura mais moderna), criar empregos, montar um aparato administrativo compatível, criar escolas e serviços de saúde; e para atingir estes objetivos o modelo soviético tinha efetivamente propostas a oferecer, de acordo com suas próprias experiências, e também algum financiamento e assistência técnica. Portanto, era agora para esses países que se irradiava a influência soviética (ou, alternativamente, a chinesa), ou então para alguns movimentos guerrilheiros mais ou menos perdidos em alguns países subdesenvolvidos.

Em suma, para os movimentos de esquerda dos países mais influentes do mundo - não só dos países capitalistas mais avançados, mas também de alguns países capitalistas menos avançados e até mesmo em certos países "satélites" na Europa -, o sistema soviético deixou de ser atraente, deixou de ser modelo a ser seguido, e na medida em que os ideólogos soviéticos ou pró-soviéticos insistiam em ser esse sistema o único socialismo possível, isto passou a ser um entrave ainda maior ao desenvolvimento dos movimentos de esquerda. O colapso da URSS significou, então, uma libertação desses movimentos. E esta libertação tem diferentes sentidos: já não é preciso procurar justificar todos os erros e absurdos da União Soviética, cometidos em nome de um suposto socialismo; cessam as tentativas de controlar e orientar os movimentos de esquerda (particularmente os comunistas), as quais visavam sobretudo a impor os interesses do Estado soviético; desintegram-se as iniciativas de enquadrar os intelectuais de esquerda aos cânones do marxismo oficial (o chamado "marxismo-leninismo") criado por Stálin; desmoramam-se

os dogmas criados por esse “marxismo”. Os movimentos de esquerda se encontram livres para pensar e agir, e a liberdade é fundamental para o processo criativo. Portanto, passada a fase de choque provocada pelo desmoronamento do império soviético, os movimentos socialistas devem renovar-se e crescer.

Descartado o modelo soviético e outros similares, os movimentos de esquerda necessitam formular propostas do modelo de sistema socialista que se pretende construir. Se em seu tempo Marx e Engels, e mesmo Lênin até às vésperas da Revolução de Outubro, negaram-se a isto, limitando-se a apresentar algumas idéias gerais, é porque consideravam tal atividade como puramente utópica, sem nenhum respaldo de experiências históricas concretas. A única experiência disponível era a da Comuna de Paris (1871), todavia bastante limitada e de curta duração, a qual, apesar disto, provocou grande entusiasmo em Marx e lhe sugeriu algumas imagens do que poderia ser uma sociedade diretamente controlada pelos trabalhadores. No mundo de hoje a situação é diferente. Já não bastam idéias gerais; é preciso definir como elas serão postas em prática. E para isto é possível recorrer agora a uma longa experiência acumulada, tanto em países que buscaram construir regimes alternativos (como a URSS, a China, a Iugoslávia, etc.) como até mesmo em países capitalistas, onde os avanços em áreas sociais e políticas não foram simples criações da burguesia mas sim conquistas das classes trabalhadoras.

Do mesmo modo como - com o colapso da URSS e de seus "satélites" - alguns intelectuais até então de esquerda "jogaram fora" o marxismo e buscaram novas linhas de pensamento, também existem intelectuais radicais que acreditam poder "jogar na lata de lixo da história" toda a experiência por que passou o mundo soviético, como se este nada tivesse a oferecer para a formulação de um novo modelo de sistema socialista. Mas isto é um equívoco. Se aceitarmos que o sistema soviético estava completamente errado, podemos pelo menos concordar com o princípio de que os erros cometidos podem ser aproveitados, como exemplos a serem evitados; e mesmo as tentativas não concretizadas devem ser levadas em conta. De fato, é difícil imaginar a possibilidade, hoje em dia, de construir um novo modelo de socialismo ou mesmo um novo programa socialista sem tomar em conta a experiência histórica do

mundo soviético.

Também é um equívoco achar que o sistema capitalista nada tem para dar ao socialismo. As classes trabalhadoras conseguiram vitórias dentro do capitalismo, as quais não podem ser abandonadas apenas porque passaram a fazer parte das instituições desse sistema. O direito de associação, o direito de greve, o voto universal e igualitário, a igualdade formal perante a lei, etc., atualmente fazem parte das regras do sistema capitalista, mas não por isto devem ser desprezadas como eventuais elementos a serem incorporados ao socialismo. Apesar de toda crítica que se possa fazer, e se faz, aos sistemas político e jurídico dos países capitalistas centrais de hoje, eles são em geral muito mais democráticos do que os que existiam no bloco soviético e, portanto, podem ser tomados como base de referência - pelo menos em seus aspectos fundamentais - nas propostas socialistas.

A estrutura política do regime socialista é uma questão crucial. De acordo com Marx e Engels, na fase de transição do capitalismo para o socialismo haveria a ditadura do proletariado e depois, com o avanço do socialismo, com o fim da diferenciação da sociedade em classes, o Estado seria paulatinamente suprimido. A ditadura do proletariado (por que não substituir este mal fadado termo por “democracia do proletariado”, assim como se fala em “democracia burguesa” ou “democracia liberal”?) nada mais significa do que o domínio do Estado pelos trabalhadores, assim como no capitalismo existe o domínio do Estado pela burguesia. No sistema soviético, contudo, ela foi convertida em simples ditadura do Partido Comunista, com o Estado assumindo um papel extremamente centralizador e opressor, reprimindo não só a eventual burguesia remanescente mas também os próprios trabalhadores, em nome dos quais ela era cinicamente exercida. E o próprio Partido Comunista se transformou num partido dominado por carreiristas e oportunistas, movidos por interesses puramente egoístas: ascender em suas carreiras e gozar de regalias dos mais diferentes tipos.

Em vista do que aconteceu no mundo soviético, deve-se jogar fora as concepções de ditadura (democracia) do proletariado e de eliminação gradual do Estado? Se não, como evitar que aconteça novamente? Como impedir que uma elite política assuma o poder de Estado e o utilize em



seu benefício? Como transformar o Estado burguês num Estado que seja efetivamente dos trabalhadores? Como, mesmo no período de transição, promover a ampliação da democracia e dos direitos dos indivíduos? Como criar um mecanismo de gradual extinção do Estado? Todas estas e outras questões correlatas são fascinantes, e é surpreendente que elas não sejam intensamente discutidas na literatura marxista e socialista em geral. Enquanto isto, os propagandistas de direita continuam a atribuir ao sistema socialista um caráter intrinsecamente autoritário, antidemocrático.

Na área econômica, o capitalismo lança alguns desafios a qualquer modelo de socialismo que possa vir a constituir-se. Dentre os mais relevantes, podem ser citados os problemas de mercado e de progresso técnico, não resolvidos pelo sistema soviético.

Na literatura marxista existia uma velha tese de que o capitalismo perderia seu dinamismo, sua capacidade de renovação e expansão, devido à constante queda de seu progresso técnico resultante da crescente monopolização do mercado e, portanto, da diminuição da concorrência. O que se observa hoje, contudo, a partir da década de 1970, é um intenso progresso técnico em diferentes áreas, ocorrendo junto com uma ferrenha concorrência entre grandes empresas internacionais. De qualquer forma, tanto na velha tese como na refutação prática de sua conclusão, o elemento crucial para explicar o progresso técnico é a competição entre as empresas. Isto pelo lado da produção. Pelo lado da demanda, o mercado se encarrega tanto de orientar o sentido do progresso técnico quanto de sustentá-lo em suas fases iniciais, quando implica altos custos. E aqui aparece uma idéia engenhosa na defesa do capitalismo, formulada por um defensor radical do liberalismo econômico (Ludwig Von Mises): todo produto tecnologicamente novo custa muito caro, e para sustentar sua produção nesse período é preciso que exista uma classe rica que o compre; isto permite que o produto continue a ser fabricado até desenvolver-se e tornar-se um bem acessível às classes trabalhadoras (como o automóvel décadas atrás e o computador pessoal mais recentemente). Pois bem, como, nos quadros da economia socialista, é possível estimular o progresso técnico sem a concorrência entre empresas e sem um mercado para dar orientação e sustentação a esse progresso? Este é um ponto ainda não devidamente esclarecido. O que se sabe é que o sistema soviético não encontrou uma

solução adequada: excetuando uns poucos setores (como os das indústrias bélica e aeroespacial), o progresso técnico na URSS foi medíocre; a indústria da Alemanha oriental era vista como a mais adiantada dentro do bloco soviético, mas, com a anexação desse país à Alemanha ocidental, está sendo quase toda desmontada por causa de seu atraso tecnológico.

O outro grande desafio é o do mercado, o qual, segundo os defensores do liberalismo econômico, é o único mecanismo adequado para regular a produção. Porém, de acordo com Marx e os marxistas em geral, o sistema capitalista de produção é anárquico, o que se manifesta em crises de superprodução relativa, em desequilíbrios intersetoriais, em desperdícios de recursos, ao passo que no socialismo seria instaurada a racionalização do processo produtivo (incluindo a repartição da produção), através do planejamento em escala social. Nesta questão era grande a confiança dos teóricos marxistas até as primeiras décadas do século XX, a ponto de preverem, no socialismo, a liquidação do mercado, da lei do valor que regula o funcionamento da economia capitalista, e sua substituição imediata pela economia racionalmente controlada, planejada. De outro lado, os economistas liberais negavam a própria possibilidade do socialismo pela inexistência do mercado, e criou-se uma polêmica sofisticada. Com a vitória da Revolução bolchevista em 1917 iniciou-se uma tentativa da supressão do mercado como regulador da produção, porém mais tarde foi-lhe concedido mais espaço no sistema econômico. Durante o período stalinista, e com o crescimento econômico rápido que ocorria na União Soviética, o assunto deixou de ser discutido, para ressurgir após a morte de Stálin, principalmente quando a URSS e alguns de seus países "satélites" começaram a sentir com mais intensidade os efeitos negativos (excesso de certos produtos, escassez de outros, desperdício e má distribuição de materiais, etc.) do modelo existente de planejamento e gestão da economia, altamente centralizado, hierarquizado e burocratizado. O problema do mercado passou, então, a ser um dos mais debatidos entre os economistas interessados em socialismo. Existe atualmente uma grande diversidade de opiniões, que variam entre duas posições opostas: a que se recusa terminantemente a aceitar o funcionamento do mercado numa economia socialista e a que propõe um "socialismo de mercado". A polêmica assume às vezes um caráter

acadêmico, outras vezes emocional, não está isenta da influência de posturas dogmáticas e nem sempre chega a uma concordância sobre os próprios termos. Apesar de tudo, parece haver uma tendência para se concordar em dois pontos: primeiro, é ainda difícil, se não impossível, prever um sistema econômico para a fase mais avançada do socialismo (o comunismo previsto por Marx onde a produção seria efetuada de acordo com a capacidade de cada indivíduo e seria distribuída segundo as necessidades de cada um); segundo, pelo menos na fase inicial do socialismo é possível aceitar o funcionamento do mercado, não um socialismo *de mercado* (isto é, em que este determinaria inteiramente as decisões de produção) mas um socialismo *com mercado* (em que este teria um papel complementar ao do planejamento em escala social). A partir daí torna-se necessário definir com detalhes o modo de operação deste sistema.

Finalmente, é preciso destacar uma questão central do socialismo, que até hoje não foi resolvida e sobre a qual existe intensa controvérsia: o que significa, na prática, propriedade socialista dos meios de produção? Para começo de conversa, convém esclarecer que o próprio capitalismo deu um passo gigantesco no sentido de desmentir o velho dogma dos defensores da propriedade privada, o qual consistia em afirmar que a propriedade direta, pessoal, dos meios de produção era condição essencial para seu uso adequado e eficiente, ou seja, de que seus melhores administradores eram seus proprietários. Com o desenvolvimento das sociedades anônimas, nas quais a administração das empresas é entregue a um corpo técnico do qual não necessariamente participam seus acionistas, sem perda de eficiência (ou até com ganho de eficiência), o dogma vem abaixo. A implicação disto para o socialismo é a de que é possível empregar eficientemente os meios de produção mesmo quando sua propriedade é social.

Parece, contudo, que o dogma que associa eficiência e propriedade pessoal também tem seus defensores dentro do movimento socialista. É o caso dos que propõem repartir a propriedade dos meios de produção entre grupos de trabalhadores, cada grupo gerindo sua parte (sua empresa). Este é o modelo iugoslavo, também chamado autogestionário, que alguns socialistas entendem ser a única forma de entregar os meios

de produção diretamente aos trabalhadores e, portanto, a verdadeira socialização dos meios de produção. A experiência iugoslava mostrou, porém, uma série de inconveniências: a competição predatória entre empresas, a tendência à formação de monopólios, a defesa de interesses corporativos, a desconsideração por objetivos coletivos, a fraqueza ou inexistência de consciência socialista.

Por outro lado, como aconteceu no mundo soviético, a propriedade socialista dos meios de produção foi entendida simplesmente como propriedade estatal. Apesar de aí também existirem cooperativas, estas eram vistas como formas inferiores de socialização. Dentro desta linha de raciocínio, a situação ideal seria a estatização completa, absoluta, dos meios de produção. Como uma concessão aos trabalhadores e disfarce de “socialismo”, existiram os conselhos operários, que não passaram de órgãos de apoio, dentro de cada empresa, às decisões tomadas pelas agências centrais do governo, que eram as que efetivamente definiam o que, quanto e como produzir, o destino da produção, o volume de investimento, as remunerações, etc. Portanto, no modelo soviético os trabalhadores não passavam de simples assalariados das empresas, como no capitalismo, e submetidos aos mesmos processos de trabalho, quando não piores.

Parece que a solução para o problema está em ligar intimamente a propriedade social dos meios de produção à democratização de todas as instituições sociais (Estado, partidos, sindicatos, empresas, etc.), de modo a serem os trabalhadores que efetivamente controlem, direta e indiretamente, os meios de produção, sem precisar reparti-los por grupos. Mas esta é uma longa questão que não dá para ser discutida aqui.

Com esta exposição pretendemos defender a idéia de que os movimentos socialistas precisam superar rapidamente o choque sofrido com a desagregação do mundo soviético, abandonar a postura defensiva e começar a formular propostas concretas a respeito do modelo de socialismo que desejam ver implantado. Isto é necessário, inclusive, para reagregar os existentes adeptos do socialismo e conquistar novos adeptos.